



**ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO  
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados. *“Ata da Trigésima Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Paulo Duarte, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Trinta e Quatro da Vigésima Nona Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: E-mails Transfere Gov.br; Cartas nºs 307 e 308/2025, da Energisa Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Antonio Vaz, Caravina, Roberto Hashioka, Renato Câmara, Junior Mochi, Lia Nogueira, Marcio Fernandes e Lidio Lopes. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Paulo Duarte, Pedro Kemp, Zeca do PT, Mara Caseiro, Professor Rinaldo, Paulo Corrêa e João Henrique. Ausência justificada da deputada Gleice Jane. **GRANDE EXPEDIENTE** – Não houve oradores. **ORDEM DO DIA** – Foram aprovadas, em redação final e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 1/2025, de autoria do Tribunal de Contas; Projeto de Resolução nº 2/2020, de autoria do deputado Antonio Vaz. Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Decreto Legislativo nº 003/2025, de autoria da Mesa Diretora; Projeto de Lei nº 51/2025, de autoria do deputado Caravina. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 45/2025, de autoria do Professor Rinaldo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da Casa, endereçada aos familiares de Silvio Cantero; requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao tenente-coronel Wellington de Lima, do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul, pelo nobre gesto de solidariedade ao realizar, no dia 24 de março de 2025, a doação de medula óssea a um paciente residente na cidade de Juiz de Fora (MG); requerimento de moção de*



*repúdio, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada à empresa Lojas Americanas S.A., diante do episódio de violência ocorrido em frente a uma de suas unidades, situada na avenida Marechal Rondon, no centro de Campo Grande, onde um cadeirante foi brutalmente agredido por um de seus seguranças, conforme amplamente noticiado pela imprensa no dia 15 de abril de 2025; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada à senhora Sílvia Maria Fonseca Silveira Massruhá, presidente da Embrapa, e ao senhor Sebastião Pedro da Silva Neto, chefe-geral da Embrapa Cerrados, em celebração ao 50º aniversário de criação da Embrapa Cerrados, ocorrido em 2025, pelo seu papel fundamental no desenvolvimento da agropecuária brasileira, com ênfase em sua significativa contribuição para o progresso de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados (HU-UFGD), por sua destacada atuação em prol da humanização do atendimento à população indígena das etnias Guarani e Kaiowá, por meio de placas informativas traduzidas e contratação de intérpretes de guarani; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à Empresa Oficina de Motos "Kauan Preparação", pela comemoração aos seus dois anos de atividades; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao terceiro-sargento José Márcio Sanches (J. Márcio), lotado na 2ª Companhia Independente da Polícia Militar (2ª Cia PM) – 15º Batalhão de Polícia Militar, sediada em Rio Brilhante, pelos relevantes serviços prestados à comunidade sul-mato-grossense, especialmente no contexto da Semana Estadual de Segurança Pública; requerimento de moção de agradecimento, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao senhor Antônio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, pela sua destacada atuação à frente da pasta, especialmente por ocasião da Semana Estadual de Segurança Pública; requerimento de informações, de autoria da deputada Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Lia Nogueira, Renato Câmara e Gleice Jane. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e três de abril do ano de dois mil e vinte e cinco”. Está lida a ata, senhor presidente.*

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para a leitura do expediente.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados e deputadas. Expediente da Sessão Ordinária do dia 24 de abril de 2025: Ofício nº 18.412/2025, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, respondendo ao requerimento do deputado Caravina (Prot. nº 302/2025); e-mail do deputado federal Rodolfo Nogueira, respondendo à moção de congratulação do deputado Coronel David (Prot. nº 1034/2025); E-mail do Transfere Gov.br, encaminhando Notificação de Alteração no Plano de Trabalho - Plano de Ação 09032022-20155 (Prot. nº 1266/2025); E-mails nºs 0167 e 0168/2025, da Caixa Econômica Federal,

encaminhando Fundo Especial de Saúde - Caixa - CR OGU MS 823382/2015 - Operação 1026886-49 - Ofício de Crédito de Recursos - OBTV; 835957/2016 - Operação 1034353-39 - Ofício de Crédito de Recursos - OBTV (Prot. nºs 1265, 1264/2025); Ofícios nºs 26.807, 26.818, 26.822, 26.823, 26.825, 26.830, 26.834, 26.839, 26848, 26.856, 26.872, 26.877, 26.893, 26905, 26.919, 26.927 e 26.939/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Zé Teixeira, Pedro Kemp, Roberto Hashioka, Mara Caseiro, Lia Nogueira, Pedrossian Neto, Neno Razuk, Gleice Jane e Zeca do PT (Prot. nºs 554, 232, 266/2025, 1527/2024, 388/2025); Ofícios nºs 26.885 e 26.889/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo aos requerimentos dos deputados Gleice Jane e Zeca do PT (Prot. nºs 514/2025, 2097/2024). Senhor presidente, conforme sua solicitação, está lido o expediente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Senhor presidente, hoje é um dia particularmente muito triste, e por isso eu me permiti apresentar a esta Casa duas moções de pesar. A primeira delas traz um lamento profundo, pelo falecimento da senhora Eva Maria Granha de Carvalho, de noventa e um anos, lá na cidade de Corumbá. Registre-se aqui que ela é uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores (PT) no município de Corumbá. Teve uma trajetória ativa de militância na política sul-mato-grossense, sendo candidata a vice-governadora no nosso estado, na primeira eleição após o regime militar, como candidata pelo PT. Portanto, a sua partida é um luto para todos nós que militamos no sonho de construir um país e um estado mais justos e mais humanos. Portanto, toda manifestação de profunda solidariedade, em nome da bancada do PT, à família da dona Eva Maria Granha de Carvalho. E a segunda moção de pesar, senhor presidente, é porque perdemos, na noite de ontem, uma das grandes figuras da cultura sul-mato-grossense. Morreu, nessa noite, o professor e cineasta Cândido Alberto da Fonseca. Cândido era um dos principais nomes do audiovisual do nosso estado, tendo pautado sua vida na luta pela valorização da cultura sul-mato-grossense, se destacando, ao longo de sua carreira, pela produção de diversos documentários e programas culturais que retrataram, de maneira sensível, os personagens e histórias do nosso estado. Portanto, me permito também — como no caso da dona Eva — redigir essa moção, agora à família enlutada do Cândido, do amigo Cândido, em nome da bancada do PT. Por fim, senhor presidente, apresento uma indicação deste Poder ao senhor governador Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Turismo, Marcelo Ferreira Miranda, e ao diretor-presidente da Fundação de Cultura, Eduardo Mendes Pinto, solicitando a realização de visita técnica dos servidores da Fundação de Cultura do nosso estado, para que sejam realizados os estudos necessários visando ao tombamento,



como Patrimônio Histórico do Estado, do prédio da antiga Prefeitura do Município de Guia Lopes da Laguna, com a consequente realização da restauração do referido bem. É isso, senhor presidente. Muito obrigado!

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, pelo livro de inscrição, com a palavra o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente, quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao professor doutor Laércio Alves de Carvalho, Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), solicitando estudos no sentido de expandir o piso tátil no campus de Campo Grande. Justificativa. Os acadêmicos da UEMS, campus de Campo Grande, procuraram o nosso gabinete solicitando a expansão do piso tátil na unidade. De acordo com informações, não há presença de piso tátil em todos os blocos, apenas em alguns corredores que dão acesso aos blocos. Tendo em vista ser o piso tátil fundamental para que as pessoas com deficiência visual e baixa visão tenham maior independência de locomoção e para que se locomovam com segurança, solicitamos estudos urgentes no sentido de instalar a superfície tátil por toda a extensão do campus da UEMS de Campo Grande. Era o que eu tinha, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Senhor presidente, nobres colegas deputados, público presente, telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia e pelas redes sociais, tenho uma indicação e uma moção. Iniciando com a indicação, após observadas as disposições regimentais desta Casa e ouvido o douto Plenário, requeiro à Mesa que seja encaminhado expediente deste Poder ao Excelentíssimo Governador do Estado, senhor Eduardo Riedel, e ao diretor-presidente do Departamento Estadual de Trânsito (Detran/MS), Rudel Trindade Júnior, solicitando a reforma no prédio da agência do Detran em Antônio João. Justificativa. Esse é um pleito da Câmara de Vereadores de Antônio João, que relata a necessidade de melhorar essa infraestrutura para proporcionar um atendimento com mais segurança e qualidade aos munícipes. Também, senhor presidente, apresento uma moção de congratulação, pelo feito histórico de Victoria Lopes Pereira, natural de Ivinhema, pela incrível conquista do título no Circuito Mundial de Vôlei de Praia, realizado em 13 de abril de 2025, em Saquarema, no Rio de Janeiro, ao lado de sua parceira Thâmela Coradello. Essa moção de congratulação enaltece essa conquista, que é exemplo para muitos jovens, para que eles possam acreditar em seus sonhos, vencer competições e seguir adiante. Era o que eu tinha, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas e a todos os presentes na Sessão. Inicialmente, quero apresentar um projeto de lei que estabelece a equiparação das pessoas transplantadas às pessoas com deficiência no Estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 1º - Fica equiparada a pessoa transplantada à pessoa com deficiência no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul. Parágrafo único - A equiparação dar-se-á com a conclusão de que, em razão do transplante, exista condição clínica crônica no transplantado que promova impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, possa obstruir sua participação de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições. Artigo 2º - Para fins da equiparação, será exigido laudo elaborado pelo médico do paciente transplantado, a ser submetido à avaliação do órgão competente. Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. A justificativa do projeto está anexa. E também, senhor presidente, apresento uma moção de pesar. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar à filha da senhora Laurianny Araújo de Barros, extensiva aos familiares e amigos, em decorrência do falecimento da senhora Ademilce de Araújo, ocorrido no dia 22 de abril de 2025, no município de Dourados. Ademilce de Araújo, conhecida carinhosamente como "Neta", era natural de Corumbá, foi assistente social, trabalhando por muitos anos no Hospital de Caridade de Corumbá, proporcionando um atendimento de qualidade a toda a população corumbaense. Ultimamente, exercia a função de assessora parlamentar em meu gabinete. Era isso, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Excelentíssimo Senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópias ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), solicitando que seja realizado o recapeamento da rodovia MS-475 Delson Álvaro Benedito, no município de Novo Horizonte do Sul. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada diretamente ao nosso gabinete parlamentar pelo senhor Eddy Carlos. O pavimento da MS-475 encontra-se em deterioração, com inúmeros desníveis e fissuras, dificultando o tráfego e aumentando o risco de acidentes para os motoristas que utilizam essa via diariamente. Esse trecho da MS-475 é uma rota essencial para o transporte

de pessoas, mercadorias e da produção agropecuária. A precariedade da estrada impacta negativamente o escoamento da produção local, afetando diretamente a economia da região. A falta de manutenção compromete a segurança de veículos e pedestres, agravando o risco de acidentes, especialmente para transportadores de cargas e trabalhadores que dependem dessa rodovia para deslocamentos frequentes. Diante da relevância econômica e social dessa rodovia, solicitamos que o recapeamento seja incluído nas prioridades do planejamento de obras rodoviárias da região. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo à senhora Adriane Lopes, prefeita de Campo Grande, com cópia ao senhor Ednei Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando que seja realizada Operação Tapa-Buraco na rua Antônio Sarubi, vila Belo Horizonte. Essa proposta foi encaminhada ao nosso gabinete pelo senhor Everton Mareco. É só, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Bom dia, senhor presidente, demais colegas e todos que nos acompanham pela Rádio e TV Assembleia. Senhor presidente, apenas para encaminhar uma moção de congratulação ao primeiro-sargento PM Tiago Martins Dias, à cabo PM Jaqueline Albertina dos Santos Silva, ao cabo PM Santana Brito e ao soldado PM Felipe Lima Izidio dos Santos, pela ocorrência que aconteceu recentemente no município de Sidrolândia, ação que culminou na neutralização do agressor que estava na iminência de, infelizmente, cometer mais um feminicídio no nosso estado. Portanto, a presente moção reconhece e enaltece a atuação destemida e profissional desses policiais envolvidos, como forma de reconhecimento público e institucional pelo serviço prestado com bravura e responsabilidade. Apenas essa moção, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente e todos que nos acompanham pela TV ALEMS e Rádio ALEMS. Senhor presidente, eu trago um requerimento hoje de reserva do Plenário, para que, após ouvido o colendo Plenário, seja feita a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia na data de 4 de junho de 2025, das 14h às 17h30min, para a realização do I Seminário da Frente Parlamentar Municipalista, com o tema “Os Impactos da Reforma Tributária para os Municípios”. O seminário abordará, de forma objetiva, as principais mudanças previstas na nova legislação e seus reflexos na autonomia dos entes municipais, buscando entender como prefeitos, vereadores, gestores públicos e cidadãos serão afetados diante do novo

cenário tributário. O seminário contará com a palestra do professor Marcos Cintra — economista, PhD em Economia, professor titular e vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas, ex-secretário especial da Receita Federal e uma das principais referências sobre o tema. Solicita-se, para a realização do evento, a disponibilização dos seguintes serviços: transmissão ao vivo pela TV e Rádio Alems, redes sociais oficiais (site, Facebook, Instagram e YouTube), assessoria de imprensa, fotógrafo, serviço de sonorização, taquigrafia, cerimonial, copa, garçom, segurança, confecção de certificado de comparecimento e convites digitais e impressos. Senhor presidente, estou pedindo a reserva do Plenário e queria o apoio de Vossa Excelência, bem como convidar todos os colegas. Nós estamos diante de uma reforma tributária e, conversando com os prefeitos — a maioria deles — e também aqui, nesta Casa, percebemos que não temos conhecimento detalhado dos impactos da reforma tributária, especialmente em relação aos municípios. Hoje há muitas dúvidas ainda. Com o fim do ISS, que é o Imposto Sobre Serviços, e o fim do ICMS, da cota-parte dos municípios, como vai ficar o novo imposto? E o que isso vai impactar? Como vai funcionar o fundo compensador? Vai ser utilizado com base na receita dos anos de 2026 e 2027, que vai influenciar quando a reforma estiver totalmente implantada, em 2033. Esse professor, presidente, é especialista no assunto com relação aos municípios. Então, ele virá aqui para dizer exatamente o que vai mudar, o que isso vai impactar nos municípios, principalmente nos anos de 2026 e 2027, para que esse impacto seja minorado no futuro, e o problema da receita municipal não seja ainda pior do que já é hoje com relação à reforma tributária. Nós temos hoje um pacto federativo que penaliza os municípios: a maioria dos recursos continua centralizada na União, nos estados, e a menor parte fica nos municípios, onde moram as pessoas. A informação que nós temos — não é oficial, por isso a presença desse renomado professor — é de que a reforma vai piorar ainda mais esse pacto federativo, e que os municípios vão se tornar cada vez mais dependentes de emendas parlamentares, de repasses constitucionais, e não terão condições de gerir sua administração com recursos próprios. Lembrando que o município é sócio do ICMS, com 25%. O ICMS vai acabar com a reforma tributária, e o município tem no ISS sua fonte própria de receita — Imposto Sobre Serviços — que também será extinto. Então, esse seminário é o primeiro ato importante, que eu entendo, da frente parlamentar. Nós temos aqui dezoito deputados que assinaram a frente, mas, lógico, o convite se estende a todos os parlamentares, para que participem. Vai ser no dia 4 de junho, das 14 às 17h. Com essa palestra, vamos poder ouvir o professor Marcos Cintra, obter informações, tirar dúvidas e, principalmente, trazer os prefeitos para que saibam como devem agir durante esses próximos três anos e meio de seus mandatos. Lembrando que a grande maioria dos prefeitos assumiu agora, em 1º de janeiro, e tem pouco conhecimento da situação da reforma tributária, que já é uma realidade e vai acontecer. Esse é o requerimento que trago



hoje, e peço o apoio para que a gente aprove e possa realizar esse importante ato em favor dos municípios de Mato Grosso do Sul. Era somente isso, senhor presidente. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Runes de Oliveira, vereador do município de Amambai. Obrigado pela presença. Também do senhor José Roberto, o Zé Roberto, vereador da nossa querida Amambai. Obrigado pela presença na Casa da Democracia. Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas, público que nos assiste. Venho aqui apresentar uma indicação ao senhor governador Eduardo Riedel, com cópias para o diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), senhor Washington William, bem como para o secretário-executivo de Agricultura Familiar, Povos Originários e Comunidades Tradicionais, senhor Humberto Melo Pereira, solicitando que envidem esforços conjuntos no sentido de viabilizar a disponibilização de óleo diesel destinado ao abastecimento de tratores utilizados nas aldeias Limão Verde, Amambai e Jaguari, situadas no município de Amambai. Venho também apresentar outra indicação à diretora da UFMS - Campus de Três Lagoas, doutora Larissa de Silva Barcelos, bem como ao pró-reitor de Assuntos Estudantis, senhor Alberto Chiaveto, solicitando que envidem esforços com vistas à ampliação do número de auxílios-alimentação emergenciais destinados aos estudantes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no campus de Três Lagoas. Apresento, ainda, uma moção de pesar à família e amigos de Cândido Alberto da Fonseca. A moção, uma vez aprovada, será redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante do povo sul-mato-grossense, por proposição da deputada Gleice Jane, manifesta seus profundos sentimentos de pesar e solidariedade à família e aos amigos de Cândido Alberto da Fonseca, pela irreparável perda de um dos grandes incentivadores da cultura sul-mato-grossense. Carioca de nascimento e sul-mato-grossense por escolha e dedicação, Cândido radicou-se em Campo Grande, onde se tornou uma das figuras mais relevantes da cultura estadual, com trajetória marcada pelo pioneirismo nas artes cinematográficas, pela atividade e participação em movimentos culturais e pelo firme compromisso com a valorização e preservação das manifestações culturais regionais, durante sua gestão à frente da Fundação de Cultura do Mato Grosso do Sul (FCMS), na década de 1980, destacou-se como articulador de políticas públicas culturais, ampliando o acesso à cultura e fomentando a criação artística em todo o estado. Sua atuação incansável resultou em conquistas históricas para o setor, contribuindo decisivamente para a consolidação da identidade do sul-mato-grossense. Além de gestor e articulador, Cândido foi referência nacional na documentação audiovisual das expressões culturais locais. Em 1980, produziu e dirigiu o documentário "Conceição dos Bugres", obra que retratou com

sensibilidade e profundidade a arte e a vida de uma das artistas expoentes da cultura popular do estado. Este filme, hoje considerado uma relíquia cultural, simboliza a importância do audiovisual como ferramenta essencial para a preservação da memória histórica e da identidade de um povo. A cultura sul-mato-grossense perde um de seus mais importantes defensores e promotores. A ausência de Cândido Alberto da Fonseca deixa uma lacuna irreparável, mas seu legado permanece como guia e inspiração para todos que acreditam na cultura como instrumento de transformação e pertencimento. Diante dessa estimável perda, expressamos nossas mais sinceras condolências aos familiares, amigos e toda a comunidade cultural, unindo-nos em solidariedade neste momento de luto.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Bom dia, senhor Presidente. Bom dia aos nobres pares. Bom dia àqueles que nos assistem e que também fazem parte do Plenário desta Sessão. Senhor presidente, eu tenho um requerimento. Requeiro à Mesa Diretora, em consonância com as suas disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada indicação ao senhor governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura, Guilherme Alcântara de Carvalho, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), senhor Mauro Azambuja, solicitando que sejam incluídas no projeto de recuperação da rodovia MS-295 as seguintes melhorias para beneficiar o município de Eldorado e região: 1ª - A construção de acostamento no trecho compreendido entre o bairro Manoel Gomes da Silva e o assentamento Floresta Branca, visando proporcionar maior segurança aos usuários da via, especialmente ciclistas, pedestres e trabalhadores da região; 2ª - A construção de uma rotatória na rodovia MS-295, na altura da estrada de acesso ao Assentamento Floresta Branca, com o objetivo de melhorar a fluidez do tráfego e reduzir os riscos de acidentes, garantindo uma travessia mais segura para os moradores e motoristas que utilizam esse acesso. A presente indicação atende a um pedido formulado pelos vereadores: Maria Ângela Dias, Ademir Emídio Pedro e Valdeir de Souza Lopes, da Câmara Municipal de Eldorado. Tendo em vista que já está em construção o projeto de recapeamento de toda essa rodovia, a MS-295, há a necessidade de se incluir no projeto esses alargamentos das regiões mencionadas pelos nossos vereadores. Também, senhor presidente, tenho uma indicação ao nosso governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, e ao diretor-presidente da Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul (Fundesporte), senhor Paulo Ricardo Martins Nunes, solicitando a destinação de recursos para viabilizar a revitalização e adequação da pista de caminhada Antônio Francisco Schultz, localizada no município de Amambai, às margens da rodovia MS-156, na saída para Caarapó. A presente indicação

atende ao pedido formulado pelo vereador Éder Pinzan, da Câmara Municipal de Amambai. Por último, senhor presidente, uma indicação ao nosso governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja, solicitando a elaboração do projeto e a execução da obra de pavimentação asfáltica na estrada da Serra do Pindaivão, localizada, no município de Rio Verde de Mato Grosso. A presente indicação atende a um pedido formulado pelo senhor Jorge Luiz de Oliveira Santos, o Jorginho, vice-prefeito de Rio Verde de Mato Grosso. O vice-prefeito justifica o seu pedido mencionando que a região abriga diversas propriedades rurais voltadas à pecuária — de cria, recria e engorda — sendo uma das maiores produtoras do município. Ademais, informa que a Serra do Pindaivão possui aproximadamente setecentos metros de altitude e uma extensão de cerca de quatro quilômetros. Esse trecho, de difícil trafegabilidade, apresenta intenso fluxo para o escoamento da produção pecuária, contribuindo significativamente para a economia do município e do estado, além de gerar empregos e renda para a população local. Por isso, então, estamos pedindo aqui a execução da pavimentação asfáltica da Serra do Pindaivão. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Está encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (\*De autoria do deputado Coronel David: uma moção de pesar (Prot. nº 01294/2025). De autoria do deputado João Henrique: um projeto de lei (Prot. nº 01276/2025). De autoria do deputado Junior Mochi: duas indicações (Prot. nºs 01271/2025, 01269/2025); um projeto de lei (Prot. nº 01270/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: três indicações (Prot. nºs 01292/2025, 1291/2025, 01293/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: três indicações (Prot. nºs 01289/2025, 1288/2025, 1287/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: duas indicações (Prot. nºs 01268/2025, 01267/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 01283/2025). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma moção de congratulação (Prot. nº 01277/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma moção de pesar (Prot. nº 01280/2025); um projeto de lei (Prot. nº 01281/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: cinco indicações (Prot. nºs 1278/2025, 01275/2025, 1274/2025, 01273/2025, 01272/2025). De autoria do deputado do Zeca do PT: três moções de pesar (Prot. nºs 01286/2025, 01285/2025, 01284/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência disporá de trinta minutos para seu pronunciamento, deputado.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, esta semana, aqui na Assembleia Legislativa, nós aprovamos um projeto de resolução, de autoria do deputado Antonio Vaz, que cria a Comissão Permanente da Criança e do Adolescente. Eu gostaria de dizer que esta

comissão é muito importante. Nós já deveríamos ter criado uma comissão com esta finalidade há bastante tempo, porque temos aqui em Mato Grosso do Sul — e pelo Brasil afora — inúmeros casos de violências cometidas contra crianças e adolescentes, inclusive abuso sexual e exploração comercial sexual de adolescentes. Temos casos como o da menina Sofia, que foi assassinada e — antes do assassinato — abusada pelo padrasto, um caso que comoveu a cidade de Campo Grande e o Estado de Mato Grosso do Sul. E nós, ainda, aqui na Assembleia, não tínhamos uma comissão para discutir políticas públicas e também para tratar de casos de violência contra crianças e adolescentes. Quero lembrar que, quando cheguei nesta Casa, em 2001, um dos primeiros projetos de lei que apresentei foi o projeto que previa medidas de combate à exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes. Na época, realizei sete audiências públicas: uma aqui em Campo Grande e seis no interior do estado, para discutir com a população situações de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Sabemos que alguns municípios têm turismo ecológico, turismo de pesca; tem festivais de pesca em vários municípios, e é onde acontecem casos de exploração sexual de adolescentes. Fizemos, na época, aquelas audiências públicas para colher informações junto à população e aperfeiçoar o nosso projeto de lei, que foi aprovado, sancionado pelo governador Zeca do PT — na época — e hoje é uma lei estadual. Mas eu quero dizer que os casos de violência contra crianças e adolescentes continuam, e, vez ou outra, nós temos situações que nos comovem, chamam a atenção e até nos revoltam. E, agora, mais nos últimos anos, tem aumentado o número de casos de situações que colocam em risco a vida de crianças e adolescentes com jogos e "brincadeiras" na internet. Quanto mais a gente tem a tecnologia à disposição de crianças e adolescentes, mais surgem também situações que colocam em risco a vida delas. No dia 13 de abril, passado, faleceu uma menina em Brasília, de oito anos — Sarah Raíssa Pereira. Ela morreu ao realizar o "desafio do desodorante", compartilhado na internet. Vejam só como existem pessoas mal-intencionadas, pessoas maldosas, que postam na internet, em plataformas, nas redes sociais, jogos e desafios para crianças e adolescentes, que são perigosos à sua saúde e colocam em risco a sua vida. Por exemplo: postam nas redes sociais desafios como inalação de aerossol, inalação de desodorante — para ver até que ponto a criança aguenta, por exemplo, esgotar um tubo de desodorante, inalando aquela substância; ingestão de altas doses de canela em pó — vejam só, cada "brincadeira" sem sentido. Também desafiam a cobrir as vias aéreas com cola; inserir lubrificante íntimo pelo nariz, com o intuito de retirá-lo pela boca, dentre outras "brincadeiras" que podem levar uma criança à morte. Eu trabalhei com crianças e adolescentes, como psicólogo, logo que me formei, numa instituição que atendia meninos e meninas de rua. E era comum a gente presenciar aquelas crianças cheirando cola de sapateiro — que é um produto que causa alucinação, é um entorpecente — e também alguns cheiravam desodorante, que tinha um efeito parecido com o da cola de sapateiro e outras substâncias entorpecentes. E era uma luta para nós, educadores naquela

escola, tentar proteger e garantir que as crianças não tivessem problemas maiores com essa prática. Mas hoje estão usando a internet para colocar esses desafios e, muitas vezes a criança, ainda sem muita capacidade de discernir o que pode ser perigoso, acaba colocando em risco a própria vida, se submete a esses desafios, a esses jogos, a essas "brincadeiras" de mau gosto — e acaba muitas vezes tendo problemas sérios de saúde, e algumas perdendo a vida, como foi o caso da Sarah, menina de oito anos, de Brasília. Como eu disse, criamos nesta Casa a Comissão em Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes, e eu acho que essa comissão deve pautar essa discussão. O que é que nós, aqui na Assembleia Legislativa, podemos fazer, em termos de proposições, de projetos de lei, ou de iniciativas para elaborar políticas públicas que garantam a proteção das crianças e adolescentes — principalmente quando utilizam as redes sociais na internet, que hoje estão muito comuns? Nós sabemos que adolescentes, às vezes, passam horas e horas no celular, no computador, navegando pelas redes sociais e, muitas vezes, os pais não têm conhecimento do que elas estão vendo, com quem elas estão interagindo, com quem elas estão conversando. Então, eu faria aqui uma provocação para esta comissão — que foi aprovada e, com certeza, o nosso presidente vai, depois, encaminhar para constituição dos membros desta comissão — e eu pautaria esse debate tão importante e necessário, um debate urgente, para a gente fazer em defesa das crianças e adolescentes do estado. Existe hoje — foi protocolado na Câmara dos Deputados — um projeto de lei justamente depois da morte dessa criança. Esse projeto de lei faz uma alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente para criminalizar quem induz crianças e adolescentes a participarem de jogos perigosos, de forma on-line ou off-line, e com consequências prejudiciais à sua saúde. Esse projeto de lei, que está tramitando, prevê, no Estatuto da Criança e do Adolescente, pena de três a seis anos de reclusão para quem posta esses desafios, esses jogos perigosos na internet; de quatro a doze anos de prisão, se resultar em lesão corporal para uma criança ou adolescente; e quinze anos de cadeia, se resultar na morte de uma criança. Então, é uma mudança significativa para, inclusive, combater essa prática de jogos perigosos na internet. Esse projeto também prevê que as escolas notifiquem os Conselhos Tutelares sobre a circulação de jogos perigosos na internet, de conhecimento dos alunos da escola. Então, quando professores e educadores tiverem conhecimento de que, entre os seus alunos, há essa prática de participar de desafios, de jogos perigosos na internet, que esses professores ou a direção da escola, notifiquem o Conselho Tutelar, porque é uma medida preventiva, para impedir que os seus alunos corram risco ao participarem desses jogos. Como é um projeto que está na Câmara, em Brasília, eu não posso apresentar nenhuma emenda, mas, se eu estivesse lá — e sugiro que algum deputado federal o faça — apresentaria uma emenda para não deixar apenas a responsabilidade para as escolas, mas para todas as instituições que atendem crianças e adolescentes. Por exemplo: nas unidades de saúde, pode chegar uma criança que participou de um desafio, de um jogo perigoso, e

sofreu alguma lesão física, algum problema de saúde; então, os médicos, os enfermeiros que atendem essas crianças nas unidades de saúde também deveriam notificar o Conselho Tutelar, o Ministério Público da Criança e do Adolescente, para que tomem providências com relação a esses jogos que estão circulando na internet. Então, eu penso que não é só o papel da escola. A escola, quando tem conhecimento, faz essa notificação, mas também outros órgãos — como hospitais, unidades de saúde e outras instituições da sociedade que tenham conhecimento da existência desses jogos na internet, que podem colocar em risco a vida e a saúde de crianças e adolescentes — devem fazer a notificação, para que medidas sejam tomadas. Então, quero fazer aqui este registro, já que agora nós vamos ter, na Assembleia, uma comissão permanente para atuação a favor da criança e do adolescente — iniciativa louvável, que eu elogio aqui, do deputado Antonio Vaz. Como eu disse no começo do meu pronunciamento, a gente já deveria ter essa comissão há muito tempo. Graças à iniciativa do deputado, nós vamos ter agora esta comissão, que vai estar vigilante, atenta, para a gente elaborar políticas públicas em defesa das crianças e adolescentes, e também trabalhar para garantir a proteção no nosso estado. Parabéns, deputado, estamos juntos. Que essa comissão seja formada em breve e que ela seja bastante atuante aqui na Casa de Leis. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Quero registrar que hoje, dia 24 de abril, é o Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais. E eu queria parabenizar, em nome do Poder Legislativo Sul-Mato-Grossense, especialmente os nossos intérpretes de Libras que estão ali: os intérpretes de Libras da ALEMS: a Larissa Sisti, o Cláudio Velásquez; e a Juliana Pereira Batista, que fazem um trabalho essencial para garantir acessibilidade, inclusão e respeito aos direitos da comunidade surda do nosso estado. Com competência e sensibilidade, vocês tornam o Legislativo mais democrático e representativo. Nosso reconhecimento e gratidão por essa missão tão nobre. Parabéns pelo Dia da Língua Brasileira de Sinais. Registramos e agradecemos a presença do prefeito de Anaurilândia, Rafael Hamamoto. Também registramos a presença de Mateus de Souza; José Martins e Caíque Freire, vereadores do município de Douradina; José Rodrigues; Breno Caíque e Márcio do Araguaia, vereadores do município de Naviraí. Sejam todos bem-vindos aqui à Assembleia Legislativa. Quero registrar, também, senhores deputados, a presença de Márcio Barbosa de Souza, vereador do município de Coxim, e dizer que, logo após a Ordem do Dia, nós faremos a entrega de encomenda ao Márcio de Araújo Pereira, diretor-presidente da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (Fundect), indicação apresentada pelo deputado Junior Mochi, em nome do Poder Legislativo; e também ao Nalvo Branco de Almeida Júnior, que é diretor científico da Fundect. Com a palavra, o deputado Neno Razuk.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Pela ordem, senhor presidente.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Senhor presidente, só se for questão de ordem, pelo funcionamento do Regimento.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, a questão de ordem é à presidência. Eu queria que o senhor...

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Então vamos aguardar para ver se é questão de ordem, realmente.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Quero dizer a Vossa Excelência que a alteração da pauta de votação consta como pauta nº4, sobre o projeto que foi encaminhado pelo Governo do Estado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Esta presidência já recebeu o pedido de Vossa Excelência, e ele vai ser atendido.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Por isso é que eu falei, senhor presidente... Foi para diminuir o meu tempo, mas, tudo bem.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — O senhor está muito nervoso.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Não, não tenho muito tempo. O senhor fez isso para diminuir o meu tempo. Eu recebi aqui, presidente, um parecer feito pela Defensoria Pública Geral da União, feito pelo senhor Eraldo da Silva Junior, defensor público regional de Direitos Humanos, defensor aqui do estado, nomeado pelo PT — o que é normal, afinal, vocês têm o Governo Federal, que pode nomear —; mas apresentar um parecer dessa natureza chega a ser uma brincadeira com os parlamentares desta Casa. Esse parecer questiona o meu projeto e afirma que ele não é constitucional. Esse parecer feito por esse petista, pela esquerda, foi baseado na versão original do projeto, anterior às alterações feitas na última terça-feira. Agora, querem usar isso como desculpa para o deputado Caravina travar a análise — justo depois que, ontem, usei o microfone para dizer que o projeto estava avançando bem. Aí, aparece esse parecer de última hora. Esse parecer deveria mesmo ter sido feito no dia 1º de abril, o Dia da Mentira, porque é uma verdadeira brincadeira com os deputados. Já foi decidido pelo STF que nós temos, sim, poder para legislar sobre o meio ambiente. Há decisão nesse sentido. O Estado de Mato Grosso, inclusive, já teve uma legislação homologada pelo STF, ou seja, temos o direito de legislar. Mas agora querem barrar o projeto porque propõe alterações como a proibição do transporte municipal e intermunicipal irregular. Para quê? Para manter o esquema de venda de nota fiscal, que todo mundo aqui sabe que existe. A esquerda, que sempre se colocou como

defensora do meio ambiente, hoje vai contra. Por quê? Porque o projeto é meu? Porque sou da direita, do PL? Está errado. Isso não pode continuar. Esse projeto já demorou demais para avançar. Peço ao deputado Caravina que analise logo a proposta e a encaminhe para votação. Se for para aprovar, que aprove. Se for para rejeitar, que rejeite de uma vez. O que eu busco é a aprovação do projeto e a preservação ambiental, para acabar com esse tipo de prática e para que o nosso estado volte a ser referência — e não o contrário, como está acontecendo agora, com pareceres que só tentam travar.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Vossa Excelência me permite um aparte?

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL)** — Não vou permitir porque eu tenho pouco tempo. Já vou encerrar a minha fala. E outra, deputado: essa esquerda está mal! Vocês já estão destruindo o Brasil e querem destruir o meio ambiente daqui também. Você sempre usou o microfone para falar bem do Lula; você nunca mais subiu para falar bem do Lula, porque não tem mais o que falar bem do Lula, porque ele está acabando com o nosso país. Pelo amor de Deus! Esse projeto tem que acontecer.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Vossa Excelência me permite um aparte?

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL)** — Pode falar, deputado.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Primeiro quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz. Evidentemente, senhor presidente, e meu querido Neno Razuk, sem entrar no mérito do juízo jurídico que você faz do parecer dado por um procurador...

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL)** — Nomeado por vocês.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — ... da Advocacia Geral da União.

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL)** — Atendendo aos interesses de vocês.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Eu não vou entrar nesse mérito...

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL)** — Claro, nomeado por vocês. É sua nomeação.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — ...[trecho inaudível]... justamente plausível a acusação que Vossa Excelência me faz, dizendo que eu estou a favor da depredação do meio ambiente. Eu sou favorável...

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL)** — ...[Trecho inaudível] contra o projeto. Quem está tentando segurar... O senhor levou esse projeto ali para o deputado Caravina, e falou: "Vai entrar numa fria, não faz".

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — [Trecho inaudível]... Eu sou favorável ao projeto. Fui eu quem ajudou Vossa Excelência a concluir o entendimento com os três setores: a pesca amadora, a pesca turística e a pesca profissional, em torno do projeto. O que estou alegando — e já conversei com o deputado Caravina, que é o relator — é que estamos entrando num vespeiro ao tratar desse mérito a partir do parecer da Advocacia Geral da União.

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL)** — Parecer feito...

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Da licença. O correto...

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL)** — Está acabando o meu tempo. Eu vou dizer...

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — ...encaminhar ao Conselho Estadual de Pesca para que...

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL)** — O correto é mandar.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — ... [Trecho inaudível] ...respeito e sou contra a nota fiscal. Favorável ao projeto. Mas que a gente está...

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL)** — De quem é o Conselho da Pesca? É de vocês, é do PT. Vai vir contrário também. Tudo de vocês é contrário, porque vocês não querem a preservação, querem favorecer aquele grupo de três, quatro mil pescadores — e tem muitos que são sérios. Mas, desses três, quatro mil, duvido que todos estejam pescando. Muitos estão lá só para receber o dinheiro que vem anualmente, e muitos estão lá só para vender nota fiscal. Está errado! Está errado! O senhor está defendendo algo que não está certo. Eu estou defendendo a preservação, estou defendendo o trabalhador. A gente abriu mão para que os pescadores de verdade continuem tendo seus quinhentos quilos de pesca. A esses a gente abriu mão, mas, os outros que fazem... [Trecho inaudível] que vendem a nota fiscal, estão aí reclamando... E todo parecer aqui é do PT, o Conselho de Pesca é do PT, e vocês vão vir com tudo contrário! Vão vir com tudo contrário. O PT está contra esse projeto porque foi apresentado por um deputado do PL. Já chega! Chega! Eu quero que chegue logo a eleição, para gente ver como que está a popularidade, como que está o teu presidente, se está tão bem como o senhor acha que está. Nunca mais o senhor foi elogiar o presidente, porque está feio. Eu quero que o deputado Caravina faça logo a análise e traga esse projeto para ser votado! Não vou abrir mão de mais nada! Não vou abrir mão de mais nada! Vocês... Um parecer no Dia da Mentira, um parecer mentiroso! Era só o que eu tinha, senhor presidente.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Continuamos ainda no Grande Expediente. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Senhor presidente, eu estou invertendo a ordem de fala com o deputado Zé Teixeira, que quer hoje usar a tribuna para um assunto muito importante para o Estado de Mato Grosso do Sul e para todo o Brasil.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Presidente, enquanto o deputado Zé Teixeira chega até a tribuna, eu só queria fazer um comunicado: o parecer da DPU foi uma solicitação que passou aqui na Casa, inclusive com o voto do deputado Neno Razuk. É só um informe. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — A palavra está com o deputado Zé Teixeira.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Senhor presidente, eu vou deixar acalmar os ânimos para, depois, começar a falar. O assunto que me traz à tribuna é uma coisa muito interessante para Mato Grosso do Sul e para o Brasil, que é um projeto de lei do Congresso Nacional sobre ratificação de propriedade rural. Estranho muito os legisladores, os assessores, os advogados, que entendem de lei, fazerem um projeto abrangente da forma como foi feita essa ratificação na faixa de fronteira. Porque uma lei nunca sobrepõe à outra — existe um respeito. E quando, ainda no Brasil colônia, antes da Proclamação da República, Cuiabá era uma província. Após a Proclamação da República, o que aconteceu? Para formar esses estados maravilhosos que são Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e tantos outros, o governo foi autorizado pela União a vender as terras, titular as terras, trazer o progresso e o desenvolvimento. Então, a primeira lei, logo após a instalação do governo de Mato Grosso, em Cuiabá — diz o seguinte: — (o pessoal está pescando aí ainda, e os dourados estão pulando na isca, então está meio difícil concluir o raciocínio) — você preserva sessenta e seis quilômetros na faixa de fronteira, e o restante está desobstruído para venda. Foi o que fez Mato Grosso: vendeu as propriedades. Naquela época, até 1943, a única economia que havia no Mato Grosso era a erva-mate, e tudo isso aqui era arrendado pela Companhia Matte Larangeira. Então, quando foi 1964, houve aquela revolução — graças a Deus não morreu ninguém — e o Governo Federal, militar, ampliou a faixa de fronteira para cem quilômetros. Maravilha! Só que o que estava determinado com sessenta e seis quilômetros, pelos títulos que estavam emitidos, tinha que ser respeitado. Boment, passou-se o tempo, e lá na década de 1970 houve aquele ato que todos nós condenamos: o AI-5 — todos nós condenamos a ditadura —, e houve uma ampliação para até cento e cinquenta quilômetros. Então, a faixa de fronteira foi lá para os

lados de Ivinhema. Só que os títulos emitidos antes de 1964 teriam — e têm — que respeitar, pela lei, sessenta e seis quilômetros da parte de fronteira. Então, como o Congresso aprovou a lei, dando um prazo para ratificar para cento e cinquenta quilômetros, quem requereu o título em 1964 tem que ratificar as terras. Isso é um absurdo para o setor produtivo, porque as pessoas estão aqui — e Vossa Excelência sabe, foi governador deste estado, e eu tive orgulho de participar dos oito anos de seu governo. E hoje temos a diretoria da Agraer, onde estão esses documentos arquivados e guardados os títulos definitivos emitidos e vendidos pelo Estado, na época. Eu, conversando com um advogado entendido de lei, estamos mandando ao Senado Federal — inclusive estou usando o gabinete do senador Nelsinho Trad, que ofereceu assessoria jurídica — para dizer o seguinte: ratificar? Maravilha. Mas que seja dentro da lei. Quem requereu o título antes de 1964 e está fora da faixa de sessenta e seis quilômetros não tem que ratificar. Se o título foi emitido depois de 1964, tem que ratificar. Então foi um erro do Congresso Nacional. Na minha visão, os senadores têm que entrar com a Ação Direta de Inconstitucionalidade dessa lei de ratificação de terra, que está dando um alvoroço e virou um comércio. Tem mil escritórios colocando na cabeça das pessoas — que têm o dia para trabalhar, produzir e pagar as contas — que, se não ratificarem até tal data, vão perder as terras. “Vão tomar as terras!” Ninguém toma terra de ninguém; nem o Governo Federal. Nós vivemos ainda num regime democrático, em que as leis têm que ser respeitadas, e a propriedade é uma coisa sagrada. Mas eu estou achando isso um absurdo, uma despesa desnecessária. Porque se tem o título, e o título foi emitido e vendido pelo Estado, e a pessoa foi lá e registrou esse título em cartório, e tem sua escritura — hipoteca, penhora, fala o que quiser dela —, não tem que ficar gastando esse dinheiro absurdo, perdendo tempo, deixando de trabalhar, produzir e gerar emprego. Mas, como todo dia cria-se uma despesa desnecessária para o setor produtivo... O governo pode muito bem falar: “Você tem que ir lá no cartório de registro de imóveis e tirar uma certidão de que você é dono.” Pronto. Está provado que é dono; não tem que ficar ratificando nada. Existe um georreferenciamento, existe o Cadastro Ambiental Rural (CAR), existe isso e aquilo para você cumprir... Eu estava conversando agora mesmo com meu particular amigo, ex-governador e colega deputado Zeca do PT, dizendo que não se pode centralizar tudo no Governo Federal. Se você faz hoje uma usina de energia elétrica solar, de um lado da rodovia, e precisar fazer a transposição para o outro lado, se fosse estrada federal você teria que ter autorização; pedir autorização para a CCR MSVia, porque ela é a concessionária, por trinta anos, da rodovia federal. Se fosse rodovia estadual, teria que pedir para o governo estadual. Agora, não. Você tem que entrar com um projeto e pedir para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) autorizar você a atravessar uma rodovia com a linha para levar energia para o outro lado. Isso é o maior absurdo, deputado Roberto Hashioka! Aí, o georreferenciamento já existe; e você precisa dele, que agora funciona com inteligência artificial, on-line. Então você tem que ir lá e mudar. E onde está

centralizado isso? No Incra! Então é só ir aqui no Incra. Meu Deus do céu! Tem um superintendente. O superintendente emite o documento mudando a forma que foi elaborado esse georreferenciamento; em vez de ser escrito direto no sistema, não; só o Incra de Brasília é que pode emitir esse documento da ratificação. Então, se você quiser fazer um inventário, tem que mudar a forma do georreferenciamento, que está centralizado em Brasília. Você não consegue fazer nada caminhar com tamanha burocracia e tamanha burrice com que esse Brasil é tocado, fazendo com que as pessoas não possam trabalhar, pagando imposto caríssimo — quase 40% —; e ninguém sabe o que vai vir com essa reforma tributária.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Deputado Zé Teixeira, concede-me um aparte?

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Com o maior prazer.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Muito obrigado. Primeiro, que dizer da alegria de escutá-lo, pela lógica, pela coerência, pela inteligência e pelo conhecimento que Vossa Excelência expressa no pronunciamento absolutamente louvável que faz. Segundo — eu me comprometi, e quero tornar público, inclusive ao presidente da Casa —, à tarde eu me encontrarei com o Paulinho, superintendente do Incra, para atividades que vamos realizar com a agricultura familiar; hoje à tarde, em Guia Lopes da Laguna e, amanhã, em Bodoquena. Vou conversar com o superintendente a respeito disso e das preocupações que Vossa Excelência já me mandou no WhatsApp, para que eu trate com ele. Se ele achar conveniente, eu já me coloco à disposição para marcar com o presidente do Incra — que é um amigo pessoal —, e com o ministro da Agricultura Familiar, que cuida dessas coisas e, se for necessário, com a ministra Gleisi Hoffmann, para que a gente possa levar adiante, porque é absolutamente importante que o Governo Federal tome conhecimento disso e facilite a vida daqueles que produzem na nossa região de fronteira. Obrigado pelo aparte. Parabéns pelo pronunciamento que fez.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Primeiramente, eu não poderia esperar menos de Vossa Excelência, um homem que foi governador deste estado e que hoje tem um prestígio muito grande no governo federal. Peça para o nosso presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acabar...

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Nosso governador e nosso presidente.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — ... com essa burocracia e deixar o povo trabalhar, deixar de pagar essa carga tributária absurda; mas sem burocracia, ajudando as pessoas a caminhar, porque todo dia surge um documento novo. Agora surgiu outra coisa: ontem, eu ouvi dizer que um projeto de lei vai dar luz de graça — observem bem — para

sessenta milhões de pessoas pobres. Não sei nem se tem esse tanto de pessoas pobres no Brasil, porque um país tão rico, com quase 30% de pessoas pobres, vai dar luz de graça. Agora, observe como é que é "luz de graça": toma aqui de um lado, para dar ali, ou seja, toma dos mais ricos e dos empresários que dão emprego. Vai subir a energia para pagar a conta dos sessenta milhões de pobres. Então, quem vai pagar essa conta? Todos que consomem energia elétrica, porque vai subir. Subindo a energia elétrica, automaticamente as pessoas pobres, que vão receber a luz de graça, vão ter que pagar a conta pagando as coisas mais caras. Porque não tem outro jeito. O dinheiro não cai do céu. O dinheiro vem da produção, vem da indústria, vem do comércio, vem do serviço, vem de todos os lados, desde que exista uma coisa para construir esse dinheiro: o trabalho. Porque quem não trabalha não tem como ganhar dinheiro. Então, são coisas que você fica observando... O Programa Luz para Todos foi uma beleza. A luz que foi de Jardim, são duzentos quilômetros até Porto Murtinho, nossa terra abençoada, apesar de que Vossa Excelência fala que está muito mal administrada, e eu concordo com Vossa Excelência. Quem que pagou a conta? Nós. Quem pagou a conta da rede construída, os duzentos quilômetros, foi o consumidor. Se pôs energia de graça no assentamento, quem que pagou a conta? Não foi a Energisa. Ninguém aqui deu luz de graça. Nós pagamos a conta lá na nossa fatura. Os pagadores de luz é que pagam a conta. Então são coisas que... Tudo o que você está ouvindo no momento vem contra quem trabalha e produz. E eu não sei por que motivo. Nós, no setor produtivo do agronegócio, já temos que lutar com o clima. A região da Grande Dourados, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul... Houve dois problemas no Rio Grande do Sul: uma chuva devastadora e, depois a seca, que não deixou produzir. Quando não produz, evidentemente, preço sobe. Vossa Excelência vai me perguntar: "Mas o boi foi para quatrocentos reais a arroba!" Você imagina quanto é que vai custar a picanha! Outro dia, eu estava vendo os urubus... A crise está tão grande que o urubu estava comendo abóbora! Eu falei: "Mas não pode!" E estava comendo abóbora. Então, está triste o sistema, deputado Zeca do PT. Nós precisamos viver. Precisamos arrumar uma forma de acabar, pelo menos um pouco, com essa burocracia, porque nós não aguentamos mais conviver com esse tipo de coisa, em um país em que o povo não quer nada além de paz e segurança jurídica para trabalhar, mas tem que pagar esse absurdo de carga tributária para sustentar o Mais Social, para sustentar a saúde e para sustentar as bolsas universitárias; isso tudo precisa... E um país não sai do mundo emergente para o mundo civilizado sem educação. Tem que investir na educação, tem que investir nos mais pobres. Não é possível a pessoa, num país tão rico, passar necessidade. Mas tem que dar o caminho para a pessoa percorrer, tem que dar a vara, tem que ensinar também a pescar. Não dá para uma sociedade viver nos ombros do outro. Tem que viver e saber que o país precisa desenvolver, crescer, e precisa incluir as pessoas no setor do trabalho, no setor da educação, melhorar essa saúde — esse SUS ninguém aguenta. Todo dia, a gente ouve: "Senhor Zé, pelo amor de Deus, abre a vaga lá

para o Core", e isso é o dia inteiro, o telefone tocando, e você não consegue atender as pessoas. Às vezes, quando é câncer, vai atender e já foi a óbito. E às vezes, nem condições de sepultamento digno teve, por falta de uma política pública social que atenda as pessoas, que olhe pelos mais necessitados — mas que não atrapalhe quem trabalha para pagar essa conta. Eu usei essa tribuna hoje para pedir a Vossa Excelência, se for possível, ajudar. Porque não é possível... A ABV fez uma usina do outro lado da rodovia. Eu já encaminhei para o deputado Vander Loubet — por quem eu tenho um carinho muito grande e uma amizade de longos tempos — para ele ir lá e pedir para assinar essa autorização, para transportar, porque a distância faz com que se perca 20% de energia se ela ultrapassar a rodovia e for direto lá na usina. E não tem jeito de fazer. Querem cortar o asfalto, mas tem que ser por cima, através dos postes. Isso aí é uma coisa que precisa ser resolvida. São coisas simples, simples. Tem que ser o Estado a fazer essa transposição da rodovia. Não se pode ir lá esperar a boa vontade da ANTT. E, para concluir, senhor presidente, ontem, eu achei muito interessante: um escândalo dos mais absurdos do INSS. Durante dez anos, uma das organizações não governamentais, a CUT, recebeu um desconto dos mais pobres, de trinta até setenta reais, sem autorização, da sua mísera aposentadoria de um salário mínimo, para colocar em ONG. Eu achei um absurdo uma coisa dessas. Foi demitido o presidente do INSS e houve vários conchavos dentro da organização. E eu queria dizer que achei louvável, ontem, a conversa do ministro. Achei interessante. Não podemos apoiar pessoas que façam uma coisa dessas. Tirar de um rico não é correto, mas tirar de um pobre que recebe um salário mínimo, de um pensionista, isso é um crime que não dá para aceitar. São mais de seis bilhões de reais, segundo o noticiário de ontem, que foram desviados do INSS por meio de uma quadrilha formada — que não é deste governo, mas neste governo, passou de duzentos e cinquenta milhões; então foi para dois bilhões. É muito dinheiro, certo? Então, quero parabenizar o trabalho da Polícia Federal.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Concede-me um aparte, deputado Zé Teixeira?

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Com o maior prazer.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Eu também fiquei indignado com essa notícia da operação da Polícia Federal e da CGU, que constataram esse desvio bilionário dos aposentados do INSS. Realmente, é um escândalo, um absurdo, que precisa ser apurado, e os responsáveis devem pagar por isso. Agora, é importante lembrar que esse desvio começou lá atrás, em 2019.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Não, foi em 2016.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Em 2016, e chegou até hoje, e não tem a ver com o governo; não tem a ver com o governo do presidente Lula, com o governo do

Bolsonaro ou com o governo do Michel Temer. Foi por parte de funcionários, de pessoas do alto escalão do INSS que, a pretexto de descontar do aposentado valores para associações que supostamente trariam algum benefício, muitas vezes fizeram descontos indevidos, porque o aposentado não havia autorizado. Falsificaram assinaturas. Essas pessoas têm que ser punidas. O presidente do INSS já foi demitido. Ontem, o presidente Lula determinou a exoneração de mais dois gestores de alto escalão do INSS, e eu acho que está correto. Tem que agir dessa forma mesmo: afastar quem está sendo acusado de cometer um crime contra os aposentados, contra pessoas que estão em idade avançada e precisam atender às suas necessidades. Então, realmente é revoltante. E olha o montante que já foi apurado: mais de seis bilhões. Eu me somo a Vossa Excelência, e acho que não podemos permitir mais esse tipo de coisa no nosso país, em governo nenhum — seja de direita ou de esquerda. Porque é um órgão que deve proteger e garantir a aposentadoria daqueles que já trabalharam tanto e contribuíram com o nosso país. Parabéns pelo pronunciamento.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Incorporo o pronunciamento de Vossa Excelência. Já vou concluir, senhor presidente, dizendo o seguinte: realmente, é isso. Eu citei aqui que começou em 2016, só que fiz uma observação de que era um valor menor, mas, na atual gestão, subiu 400%. E o presidente Lula tem culpa? Não. Mas eu acho que não era o presidente do INSS que tinha que ser demitido — quem deveria ser demitido é o ministro, porque não é a primeira vez que, sob a gestão desse senhor que está à frente da pasta, acontecem escândalos no Brasil. Então, no meu ponto de vista, o primeiro a ser demitido deveria ser o ministro. Isso é um absurdo. Parabenizo a Polícia Federal, parabenizo a CGU por estarem fazendo esse levantamento e por buscarem coibir esses crimes. E agora eu quero saber quem é que vai devolver esse dinheiro aos pensionistas e aposentados que recebem um salário mínimo? Muito obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Está encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Quero cumprimentar o prefeito Rodrigo Sacuno, do município de Naviraí, presente em nosso Plenário. Obrigado pela presença. Solicito ao senhor segundo-secretário que verifique se há quórum para a liberação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, com vinte e três senhores deputados e senhoras deputadas presentes, há quórum para deliberação.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Por requerimento do nobre deputado Zeca do PT, nós vamos inverter a pauta, fazendo o Item 4. Então, senhores deputados, Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 083/2025. Autor: Poder Executivo. "Institui o Programa Selo da Agricultura Familiar, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, para fins que menciona e, dá outras providências." A



Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Aditiva 01, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, para declarar voto, deputado?

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Justificar.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Justificativa.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Já votei favoravelmente, mas faço, na minha justificativa, um reconhecimento à sensibilidade do governador Riedel e de sua equipe, em nos apresentar um projeto que cria a certificação, ou seja, o Selo da Agricultura Familiar. Esse projeto, ou essa lei que vamos aprovar, tem um enorme significado na vida daqueles que produzem na agricultura familiar em nosso estado, o que vai permitir tranquilidade para comercializar seus produtos, agregando valor e podendo comercializar, não só na sua cidade de origem, mas também no estado. Portanto, fica aqui o meu registro de gratidão e reconhecimento, tanto como deputado que propôs essa ideia, quanto como presidente da Comissão Permanente de Agricultura Familiar. Mais uma vez, agradeço pela sensibilidade e pelo comportamento do governador Eduardo Riedel.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Declaração de voto, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Fico feliz em ver a manifestação e o reconhecimento do deputado Zeca do PT. A gente tem a oportunidade de ter um governador com tendência de direita, não é isso? A gente discute muito isso aqui. Mas, olhando pela Agricultura Familiar, mostramos que, para fazer gestão pública — independentemente do viés da direita, da esquerda ou do centro — é necessário se preocupar com a população, com os menos favorecidos. Nesse caso específico, com a melhoria para quem vive da agricultura familiar, o selo vai dar possibilidade e credibilidade para que os produtos da agricultura familiar — quando a gente fala em agricultura, fala também em quilombolas, pequenos agricultores e indígenas — possam ser vendidos com a garantia desse selo. Então, mais uma vez, um gol de placa do nosso governador Eduardo Riedel, mostrando que, independentemente do seu conceito político, ele atende e trabalha para todos. Parabéns!

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.



**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Quero justificar o voto.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para justificativa do voto, o deputado Paulo Duarte.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Primeiro, discordo do meu vizinho aqui do fundão, o deputado Caravina. O governador Eduardo Riedel é uma pessoa humanista. Não tem esse negócio de centro, direita ou esquerda; ele é humanista. Parabenizo o deputado Zeca do PT pelo projeto, e fico feliz, deputado Zeca do PT, pelo seu retorno à nossa base. O senhor foi ontem e já voltou. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação. Encerrada a votação. Consulto o resultado.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Apenas para declarar o voto, senhor presidente. Eu queria cumprimentar o governador por enviar esse projeto a esta Casa, mas também quero cumprimentar e destacar o papel do deputado Zeca do PT, que foi insistente na cobrança desse projeto para que ele chegasse até a Assembleia Legislativa e fosse votado hoje. O deputado, que tem um trabalho muito grande voltado para a agricultura familiar, sabe da importância desse projeto para que aqueles que produzem nos assentamentos possam ter a certificação desses produtos e garantir renda para suas famílias. Então, parabéns ao governador, que é um humanista de direita. Mas também reconheço aqui o papel do deputado Zeca do PT, parabenizando-o por esse trabalho e por essa reivindicação feita. Obrigado!

Projeto de Lei nº 083/2025, de autoria do Poder Executivo.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicano)** — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB)** — Sim.



**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB)** — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota)** — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP)** — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido)** — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Sim

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL)** — Sim.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Sim.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos)** — Sim.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil)** — Sim.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.  
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Vamos ao Item 1.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Senhor presidente, pela ordem.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Peço licença a Vossa Excelência para me retirar. Eu saio agora de viagem para Guia Lopes da Laguna, para uma reunião às 15h, na Câmara Municipal, com todo o pessoal da agricultura familiar, tratando do Desenrola, que facilita a vida deles na renegociação com o Banco do Brasil, sobre suas dívidas do Pronaf.



Hoje, em Guia Lopes da Laguna, e amanhã, em Bodoquena. Por isso, justifico minha ausência no restante da Sessão. [Trecho inaudível].

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — [Trecho inaudível]... do Poder Legislativo, e um abraço.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — [Trecho inaudível] ... sensibilidade do governador Riedel não significa que saí nem que entrei, continuo no mesmo lugar.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1. Em redação final. o deputado Junior Mochi está presente? Sim. Projeto de Lei nº 299/2023. Autor: deputado Junior Mochi. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 3.498, de 13 de fevereiro de 2008, nos termos que menciona". Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Senhor presidente, apenas para justificar.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Justificativa do deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Este projeto de lei apenas altera a Lei nº 3.498/2008 e permite que dirigentes de entidades não governamentais possam — obviamente atendendo aos critérios estabelecidos na lei — ter remuneração. Muitos dedicam o melhor de si e sua própria vida na condução de entidades, e, quando o projeto vem como reconhecimento de entidade de Utilidade Pública, esse é um motivo que veda o reconhecimento, o que eu entendo ser muito injusto. Portanto, a alteração é nesse sentido; e agradeço aos parlamentares, já que estou vendo aqui no painel eletrônico que votaram favoravelmente à matéria. Aproveito, também, ao final da Sessão, para pedir aos parlamentares que desçam, para que, juntos, possamos fazer a entrega da moção de congratulação ao Márcio Pereira e ao Nalvo, sendo o Márcio presidente do Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa, Ciência e Tecnologia, e o Nalvo, nosso diretor científico, que também integra agora o Caps. É só, senhor presidente.

Projeto de Lei nº 299/2023, de autoria do deputado Junior Mochi.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).



**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (sem partido) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Sim.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Sim.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.  
Consulta o resultado.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente  
são...

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Só um minutinho, deputado.  
A deputada Lia Nogueira ainda não votou. Agora sim. Consulta o resultado.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor  
presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum contrário.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Lembrando que nós temos entrega de comenda daqui a pouco. Item 2 da pauta. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 204/2024. Autora: deputada Mara Caseiro. "Institui, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a campanha 'Setembro Amarelo vai à Escola', a ser realizada no mês de setembro". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Para discutir, senhor presidente!

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, a deputada Mara Caseiro.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Apenas para dizer da importância de nós trazermos à votação este projeto, em função de já termos a lei que criou o Setembro Amarelo, que é de combate ao suicídio. Infelizmente, ainda temos muitas automutilações e suicídios, principalmente entre os nossos jovens, e isso nos preocupa muito. Então, nesse sentido, é que estamos criando a campanha "Setembro Amarelo Vai à Escola", para que nas escolas possam ser realizadas campanhas, distribuição de panfletos e palestras, trazendo para esses jovens a oportunidade de se abrir em momentos difíceis, como aqueles que envolvem depressão, para que possamos identificar os sinais antes que aconteça o pior. Então, era isso, senhor presidente. Espero que todos possam votar favoravelmente a este projeto. Muito obrigada.

Projeto de Lei nº 204/2024, de autoria da deputada Mara Caseiro.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.



**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB)** — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota)** — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP)** — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido)** — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL)** — Sim.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Sim.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos)** — Sim.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil)** — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.  
Consulta o resultado.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) - Aprovado o projeto. Vai à segunda discussão. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 013/2025. Autor: deputado Neno Razuk. "Institui ações para o acolhimento e o atendimento aos alunos da Rede Estadual de Ensino com Transtornos Globais do Desenvolvimento e/ou com Transtorno do Espectro Autista (TEA)". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 02, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Para justificar meu voto, senhor presidente. Primeiro, quero parabenizar o autor, o deputado Neno Razuk, pela iniciativa de fazer com que a escola desenvolva ações de acolhimento e atendimento adequado aos alunos da rede estadual de ensino com Transtorno Global do Desenvolvimento e também com Transtorno do Espectro Autista. Acredito que, cada vez mais, temos crianças

matriculadas com essas características, e a escola precisa ser acolhedora, promovendo a educação inclusiva para garantir que essas crianças também possam conviver com as demais e aprender, que é o mais importante. Mas também voto neste projeto de Vossa Excelência porque ele tem o número 13, e esse número nos causa muita alegria e satisfação. Então, parabéns a Vossa Excelência, por coincidir com esse número que é tão interessante na vida da gente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Senhor presidente...

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Deputada Lia Nogueira, para justificar.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares. Quero aqui parabenizar o deputado Neno Razuk pela sensibilidade em trazer ao Parlamento este projeto de lei tão importante. Quero dizer, deputado Neno Razuk, que sou sua fã no que diz respeito à luta pelas nossas crianças com Transtorno do Espectro Autista, que é uma bandeira que também levanto como mãe de um autista. Na semana passada, apresentamos aqui na Assembleia uma indicação para que a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul pudesse acompanhar de perto aquele caso lamentável, e também cobrar explicações sobre o ocorrido com aquele estudante autista que foi agredido, hostilizado e sofreu *bullying* em uma escola da rede estadual, em Três Lagoas. A partir daquele caso, decidimos fazer um levantamento sobre os registros de violência contra crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista. Deputado Antonio Vaz, os números são realmente maiores do que imaginávamos; são números alarmantes de ocorrências registradas em Mato Grosso do Sul, em escolas das redes municipais e estaduais de ensino, e também nas escolas da rede privada. Então, precisamos realmente trazer ferramentas, promover acolhimento e políticas públicas para que essas crianças, esses estudantes, sejam inseridos no ensino regular, mas cumprindo o que determina a legislação, com apoio de professores e todo o suporte necessário da Secretaria de Educação do Estado, das secretarias municipais, e de outros órgãos do Governo do Estado, como a Sejusp. Assim, poderemos abraçar essas crianças e garantir que esse tipo de situação, que é inaceitável, não ocorra mais em nosso estado. Voto sim. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Eu queria fazer o reconhecimento, em nome do Poder Legislativo e desta presidência, pela luta do deputado Neno Razuk. São vários projetos, e sempre com iniciativas voltadas para essa causa. Nosso reconhecimento ao seu papel nesta pauta do Poder Legislativo, que fez de seu mandato e desta Casa um compromisso altruísta nesta causa, deputado.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Senhor presidente, pela ordem.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Neno Razuk.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Eu queria, primeiramente, agradecer a Vossa Excelência pela declaração, e agradecer aos demais deputados, e dizer que fico muito feliz em participar de uma legislatura em que todos os deputados têm um olhar diferenciado para as pessoas com deficiência. O deputado Antonio Vaz também tem muitos projetos nesse sentido, juntamente à deputada Lia Nogueira; também sou seu fã, deputada, pela sua luta. Conheço a sua luta, conheço a sua trajetória desde o início, e tenho muita admiração por você, pelo jeito como conduziu a sua vida, transformando-a em um exemplo para todos. Fico feliz que esta Casa tenha um trabalho diferenciado, e espero que possamos fazer muito mais. Deputado Pedro Kemp, obrigado pelos elogios. Essa é uma coisa boa que o número treze está trazendo para a gente. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Eu queria lembrar aos deputados que, daqui a pouco, vamos homenagear os diretores da Fundect, Márcio de Araújo e Nalvo Branco. Item 5. Em discussão única. Três requerimentos, vinte e duas indicações e cinco moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Moções de pesar. Item 6. Moção de pesar, proposta pelo deputado Roberto Hashioka, em razão do falecimento do senhor Osvaldo Dutra. Moção de pesar, proposta pelo deputado Roberto Hashioka, em razão do falecimento do senhor Paulo Sukehiro Yonamine. Moção de pesar, proposta pelos deputados Roberto Hashioka e Paulo Corrêa, em razão do falecimento do senhor Gildson Arimura Arima. Moção de pesar, proposta pelo deputado Zeca do PT, em razão do falecimento da senhora Arlinda Theodolina Domingos. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Antes da manifestação, solicito ao deputado Junior Mochi — suspendendo a Sessão por um minuto — que convide o senhor Nalvo Branco de Almeida Júnior, diretor científico da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia (Fundect), assim como o senhor Márcio de Araújo Pereira, diretor-presidente da Fundect, para que possam receber suas homenagens. Peço

ao deputado Junior Mochi que use o microfone para ler a homenagem aos nossos homenageados. Peço também aos deputados para que façam a foto juntos. Está suspensa a Sessão. Com a palavra, o proponente deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** - MDB - (proponente) — Senhor presidente, senhores deputados, é com imensa alegria e satisfação que usamos os microfones da Casa para prestar esta justa homenagem a duas pessoas que realmente têm feito a diferença no desenvolvimento científico e tecnológico do Estado de Mato Grosso do Sul. Quero, em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por minha proposição, em nome de meus pares — pois todos votaram a favor da proposição — e do povo sul-mato-grossense, consignar a merecida admiração e o devido reconhecimento, por meio da presente moção de congratulação, ao senhor Nalvo Franco de Almeida Júnior, por sua atuação como diretor científico da Fundect e por integrar a comissão da agenda nacional de formação de pessoal de nível superior da Capes, atuando sempre com excelência e contribuindo de maneira significativa para o fortalecimento da ciência, tecnologia e educação em Mato Grosso do Sul e no Brasil. Plenário Deputado Júlio Maia, 24 de abril de 2025. Assinam: presidente da Assembleia Legislativa, Gerson Claro Dino; e o deputado Junior Mochi, proponente. Quero que esta entrega seja feita em conjunto com todos os parlamentares presentes. Portanto, Nalvo, receba o reconhecimento desta Casa em nome de todos os parlamentares. [Trecho inaudível]. Senhor presidente, também quero registrar a presença do doutor Júlio César Piffero de Siqueira, diretor-geral de Programação e Bolsas do País na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Então, parabéns. Muito obrigado pela presença e por prestigiar a homenagem que a Assembleia Legislativa presta ao presidente e ao diretor científico da Fundação de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul. Neste momento, passo a fazer a leitura da moção de congratulação ao doutor Márcio de Araújo Pereira. "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição do deputado Junior Mochi, em nome de seus pares e do povo sul-mato-grossense, vem consignar a merecida admiração e o devido reconhecimento, por meio da presente moção de congratulação, ao senhor doutor Márcio de Araújo Pereira, pela eleição unânime à presidência do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, um feito inédito que posiciona Mato Grosso do Sul em lugar de destaque na agenda nacional de ciência, tecnologia e inovação, e pela destacada atuação à frente da Fundect, Fundação de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Mato Grosso do Sul, impulsionando políticas de fomento à pesquisa, inovação e desenvolvimento sustentável no estado". Plenário Deputado Júlio Maia, 24 de maio de 2025. Assinam: deputado Gerson Claro, presidente da ALEMS, e deputado Junior Mochi, proponente.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Retornamos à Sessão. Registramos e agradecemos a presença da senhora Márcia Lobo, vereadora do município de Nova Andradina, e do senhor Júlio César de Siqueira, diretor-geral de Programação e Bolsas do Capes. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos, e nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão. Obrigado a todos (11h22min).